

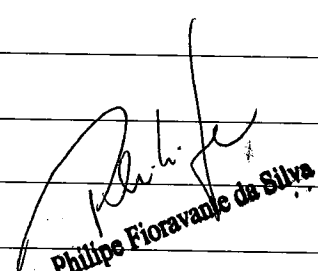
## ANEXO 2 - IN 02/2016 - MPOG

Sim

Não

Observação

1. Iniciando a fase externa do pregão, a convocação dos interessados ocorreu por meio e publicação de Aviso nos termos do art. 4º, I, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002?	x		
1.1 No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)?	x		
2. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de referência devido a alguma margem estipulada em regulamento?	x		
3. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de referência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram analisados?			NSA
4. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao alinhamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)?	x		
5. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002?	x		
6. Houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade?	x		
6.1 SICAF;	x		
6.2 BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);	x		
6.3 CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);	x		
6.4 CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e	x		
6.5 Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).	x		
7. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?	x		
8. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?	x		
9. Houve intenção de Recurso?		x	
9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?		x	
9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro?		x	
9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?		x	
10. Houve item deserto ou fracassado?		x	
11. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso) e homologação por parte da Autoridade competente?	x		
12. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa:	x		
12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação;	x		
12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital;	x		
12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e	x		
12.4 atos de adjudicação do objeto.	x		
13. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e economia?	x		
14. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não apresentou a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002?		x	
14.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder a instauração do procedimento administrativo?		x	



Philippe Fioravante da Silva